

## A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM MIRASSOL D'OESTE/MT<sup>1, 2</sup>

### THE EXPERIENCE OF WOMEN EXTRACTIVE IN THE SETTLEMENT MARGARIDA ALVES, MIRASSOL D'OESTE/MT

Maurício Ferreira MENDES<sup>3</sup>  
Sandra Mara Alves da Silva NEVES<sup>4</sup>  
Ronaldo José NEVES<sup>3</sup>

**Resumo:** O extrativismo tem uma longa história no Brasil, pois a utilização dos elementos da flora têm sido um meio fundamental de subsistência desde épocas remotas de colonização do Mato Grosso. Este trabalho objetivou apresentar a experiência das mulheres extrativistas que trabalham coletivamente processando o coco do babaçu (*Orbignya speciosa* Mart. Barb. Rodr.) no assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste/MT. Os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo; coleta de dados e informações nos órgãos públicos; trabalhos de campo, com realização de entrevistas utilizando-se de formulário e oficinas, que buscaram resgatar informações sobre a produção e o processo de organização das mulheres no assentamento Margarida Alves. Na safra 2012/2013 a produção estimada é de aproximadamente doze toneladas de alimentos do coco do babaçu que contribuem para a diversificação da alimentação de 2.270 alunos da região de Mirassol D'Oeste e entorno, gerando uma renda de R\$ 56.880,00. Concluiu-se que os recursos obtidos pela atividade extrativista são essenciais para as mulheres e suas famílias na complementação de renda, gerando benefícios sociais e ambientais para a comunidade.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, extrativismo, gênero, renda.

**Abstract:** The extraction has a long history in Brazil, as the use of elements of flora have been an essential means of subsistence since ancient times of colonization of Mato Grosso. This study aimed to present the experience of women who work collectively extractive processing of babaçu coconut (*Orbignya speciosa* Mart. Barb. Rodr.) In settlement Margarida Alves, in Mirassol D'Oeste/MT. The methodological procedures were adopted: literature about the object of study, data collection and information in public agencies; fieldwork, with semi-structured interviews and workshops, which sought to retrieve information about the production process and the organization of women in the settlement Margarida Alves. In the 2012/2013 crop production is estimated at about twelve tons of food babaçu coconut that contribute to the diversification of the supply of 2.270 students from the region Mirassol D'Oeste and environment, generating an income of R\$ 56.880,00. It was concluded that the proceeds from the mining activity are essential for women and their families in supplementary income generating social and environmental benefits to the community.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação intitulada: "Agricultura familiar extrativista de frutos do Cerrado na região sudoeste matogrossense – Brasil: produção e manejo ecológico", cuja bolsa de mestrado foi concedida pela FAPEMAT e o apoio financeiro pelo Programa Universidades e Comunidades no Cerrado – UNICOM/ISPN/União Europeia.

<sup>2</sup> Embora a área do assentamento investigado esteja localizada nos municípios de Mirassol D'Oeste e Cáceres, as assentadas possuem maior vínculo econômico, social e administrativo com o município indicado no título.

<sup>3</sup> Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela UNEMAT. E-mail: mauricio.f3@hotmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Geografia, professora do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da UNEMAT. E-mails: ssneves@unemat.br; rjneves@unemat.br.

**Keywords:** extraction, family farming, gender, income.

## Introdução

O estado de Mato Grosso possui parte do seu território localizado na porção sul do bioma Amazônico e na porção oeste do Cerrado, correspondendo a 10,6% do território nacional. Tanto o Cerrado quanto a Amazônia matogrossense vem sofrendo impactos socioambientais, devido à política de colonização adotada pelo governo federal a partir de 1960, e da intensificação da expansão da fronteira agrícola a partir da década de 90, que estão devastando imensas áreas de florestas (FREITAS, 2010).

A agricultura familiar, por sua vez, enfrenta falta de apoio, perspectivas e estímulos, apoiando-se na produção leiteira, lavouras para subsistência e comercialização da produção excedente. Os agricultores familiares em geral estão isolados em pequenos grupos em meio à exploração patronal dominante (BUAINAIN et al., 2003).

Nas últimas décadas, a difusão capitalista intensificou a expansão do modelo agropecuário de monocultura latifundiária, colocando em segundo plano o desenvolvimento de outros sistemas de uso da terra, como os que combinam diferentes modos de agricultura e pecuária, trazendo consequências socioambientais. Este fato pode ser observado no Cerrado brasileiro que foi se transformando em área de expansão dos latifúndios (MARIANO, 2008).

Uma das alternativas que podem contribuir na reversão deste quadro é o desenvolvimento de projetos demonstrativos de uso sustentável dos elementos da natureza, associado à geração de alimentos e renda. Isso constitui um desafio, uma vez que o modelo do agronegócio tem em Mato Grosso uma forte âncora tecnológica e liderança política.

Observa-se que a produção florestal brasileira somou 14,7 bilhões de reais em 2010, desse total 38% originam-se do extrativismo vegetal de produtos coletados em vegetações nativas. Sendo o que mais se destacou em 2010 foi o açaí com R\$ 179 milhões, cuja ocorrência maior é no bioma Amazônia, seguido do babaçu com 154,8 milhões, que ocorre no bioma Cerrado (IBGE, 2012).

Portanto, pode-se afirmar que o extrativismo praticado pelos agricultores familiares, não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais, que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (REGO, 2012). Tais ações permitem às famílias viverem com dignidade na terra conquistada, pois possibilita uma qualidade de vida melhor em função não só da alimentação com os frutos nativos, mas também com o poder de compra que aumenta, devido à renda adquirida com a venda dos produtos extrativistas, além de contribuir diretamente na preservação dos recursos naturais.

Além disso, conforme pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2012), a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67% do feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos. O exposto, corrobora com a argumentação de Buainain et al. (2003) de que a agricultura familiar é um campo fortemente diverso e importante para o crescimento do Brasil, seja em termos de acesso e manutenção de recursos, geração de alimentos, acesso a comercialização e capacidade de distribuição de renda.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do presente estudo foram: pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo, visando subsidiar teoricamente as análises efetuadas; coleta de dados e informações nos órgãos públicos; trabalhos de campo, com realização de entrevistas utilizando-se de formulário e oficinas, que buscaram resgatar

informações sobre a produção e o processo de organização das mulheres no assentamento Margarida Alves.

Cabe ressaltar que para relatar a experiência das mulheres extrativistas do assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirassol D'Oeste na região sudoeste matogrossense, foi utilizado o procedimento técnico de Estudo de Caso, que segundo Gil (1999) é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um, ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. O autor (*op. cit.*) define ainda que um estudo de caso é como um estudo do conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, família, profissional, instituição social, uma comunidade ou uma nação.

Diante do exposto, este trabalho objetivou apresentar a experiência das mulheres extrativistas que trabalham coletivamente processando o coco do babaçu (*Orbignya speciosa* Mart. Barb. Rodr.) no assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste/MT.

### **Agricultura familiar e extrativismo**

Segundo Bergamasco e Cabello (1999), o termo agricultura familiar está diretamente relacionado aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que exploram a terra com a força do trabalho de sua família, visando à manutenção da mesma. Neste sentido, a agricultura familiar apresenta um modelo de produção diferenciado ao sistema de monocultura, desenvolvido nos grandes latifúndios, pois a prática da agricultura familiar é a policultura, que exige demanda de mão-de-obra e gera postos de trabalho no campo.

Corroborando com tal análise Abramovay (1992) afirma que o conceito de agricultura familiar está intimamente ligado ao de exploração agrícola familiar, que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados a família.

A agricultura familiar em nosso país, segundo dados do INCRA/FAO (2010, p. 21), além de privilegiar o abastecimento interno de produtos agrícolas, “é vista como possibilidade de melhoria das condições de vida das famílias que vivem no campo, uma vez que permite a diversificação da produção e o cultivo de produtos para autoconsumo, além da venda do excedente”.

O modelo de agricultura familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (INCRA/FAO, 2010).

Neste sentido, cabe ressaltar a importância do desenvolvimento, por parte dos agricultores familiares, de sistemas produtivos diversificados, onde a natureza é uma aliada e o conhecimento local e a biodiversidade constitui a base da produção. O desenvolvimento de tais sistemas privilegia o saber tradicional como base de conhecimento, este passa a ser revalorizado e adquire expressão econômica através da comercialização de produtos advindos do manejo da biodiversidade local/regional.

O extrativismo enquanto modelo de produção familiar, que combina coleta, processamento e comercialização de produtos da biodiversidade nativa, juntamente com a

produção agrícola e pecuária, tem sua viabilidade econômica, ambiental e social associada à diversificação da produção. Representa um modelo efetivo de fixação rural que concilia conservação ambiental com inclusão social e melhoria de qualidade de vida para as comunidades (CARRAZZA, 2010).

Portanto, o babaçu (*Orbignya speciosa* Mart. Barb. Rodr.), o cumbaru (*Dipteryx alata* Vogel), a cagaíta (*Eugenia dysenterica* DC.), o pequi (*Caryocar brasiliense* A. St.-Hil), o jatobá (*Hymenaea stigonocarpa* Mart. ex Hayne), a mangava (*Hancornia speciosa* Gomes) são algumas das espécies que podem ser trabalhadas pelas comunidades rurais situadas no bioma Cerrado brasileiro. Pois, a utilização destas, contribuem para a segurança alimentar e nutricional, como fonte de vitaminas, ácidos graxos e substâncias antioxidantes, além de ser possível se fazer outros usos de componentes dos frutos ou resíduos, como por exemplo, a casca do babaçu pode ser utilizada como fonte de adubo; o cumbaru como suplemente proteico para o gado, além de conferir conforto térmico aos animais através de sua sombra (VIEIRA et al., 2006).

### **As mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro**

As mulheres, nas últimas décadas do século XX, emergem em diferentes cenários como sujeitos sociais, históricos e econômicos e vão se constituindo em metade da força de trabalho mundial. Isso tudo provoca uma reviravolta na condição da mulher tanto no que se refere a avanços quanto em impactos sobre suas vidas, pois elas constroem lutas e resistem à opressão, enfrentando os mais diversos mecanismos de discriminação.

No meio rural brasileiro este cenário não é diferente, pois desde a década de 1980, quando no Brasil os movimentos sociais estavam vivendo um período de intensa mobilização, organização e estruturação, as mulheres passaram a se organizar, criando os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais autônomas em vários estados do Brasil. Por meio de tais movimentos as mulheres foram abrindo canais de participação para elas no meio rural, ganhando força e significativa expressão nos processos de luta no campo (ALMEIDA et al., 2010).

As mulheres rurais aumentaram lentamente sua visibilidade política através de duas vias. Em primeiro lugar através do sindicalismo oficial que teria percebido que o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir para o aumento da participação nos sindicatos. Entretanto, coloca que tais iniciativas revelaram-se bastante seletivas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo rural poucas mulheres ocupavam posições de liderança. Em segundo lugar, através da emergência dos movimentos sociais rurais, em especial através das oportunidades criadas com a expansão de movimentos, como o MST (STEPHEN, 1996).

Em alguma medida, esses movimentos incorporaram as lutas feministas – de emancipação das mulheres e de mudança nas relações entre os gêneros – como parte de seus objetivos estratégicos de mudança social. Sobre isso, Silva (2004) afirmou que:

A preocupação em incluir as mulheres politicamente nas lutas do movimento está em sintonia com algumas das questões postas em debates na década de 1980. Questões que possuíam fortes contribuições do feminismo que, nesse momento, se (re) construía. Nacionalmente, por ocasião do primeiro Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, a questão referente à luta do campo sob a perspectiva das mulheres, ganhou dimensões nunca antes observadas num movimento social rural.

A partir daí, as mulheres trabalhadoras rurais iniciaram a realização de encontros nacionais, marchas e campanhas, criando coletivos de mulheres e conquistando direitos, afirmando-se ainda mais como portadoras de um saber político que as fortalecem, que as faz repensar seu cotidiano. Através das lutas, elas passam a se reconhecer e libertarem-se das amarras sociais que as impedem da vivência política na sociedade, buscam a emancipação, a autonomia econômica e a igualdade de gênero (GARCIA e THOMAZ JUNIOR, 2002).

As questões principais que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são principalmente, o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica, visando quebrar a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e salário maternidade; o direito à sindicalização; e as questões relacionadas com a saúde da mulher. Aparece também o tema do acesso a terra, com as mulheres encampando a bandeira da Reforma Agrária e a elas incorporando reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Estas mobilizações acabaram resultando em importantes conquistas para as mulheres na constituição de 1988, na área da previdência e do direito à propriedade da terra, o que as colocaram em uma posição de visibilidade social e produtiva. Nesse contexto houve uma nacionalização das lutas das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e, conseqüentemente, uma multiplicação dos movimentos sociais envolvendo mulheres rurais (RODRIGUES e CORTÊS, 2006).

A Marcha das Margaridas e a criação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), com expressão nacional, foram marcos importante neste processo, porque permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas, reivindicações dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Na atualidade, tais reivindicações têm como foco principal:

A valorização do papel das mulheres camponesas na construção de um novo modelo de agricultura, que englobe temas como agroecologia, extrativismo, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, uso de plantas medicinais, recuperação das sementes como patrimônio da humanidade, diversificação da produção e soberania alimentar (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

A Marcha das Margaridas é uma mobilização nacional, que conta com a participação de milhares de mulheres de todo o Brasil, tendo recebido essa denominação em homenagem a trabalhadora rural Margarida Maria Alves, líder sindical rural da Paraíba assassinada em 1983 (MAGALHÃES, 2008).

Portanto, as lutas das mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro revelam a necessidade de construir, no projeto popular atual, a transformação das relações de classe e gênero, com a garantia dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, a transformação nas relações entre homens e mulheres, e entre estes e a natureza.

Nesse contexto, as experiências locais/regionais constituem em processo de aprendizagem, no sentido de desenvolver e fortalecer as organizações coletivas que

representam a força das lutas pelos direitos frente a todo tipo de desigualdade social e de gênero.

### O assentamento Margarida Alves

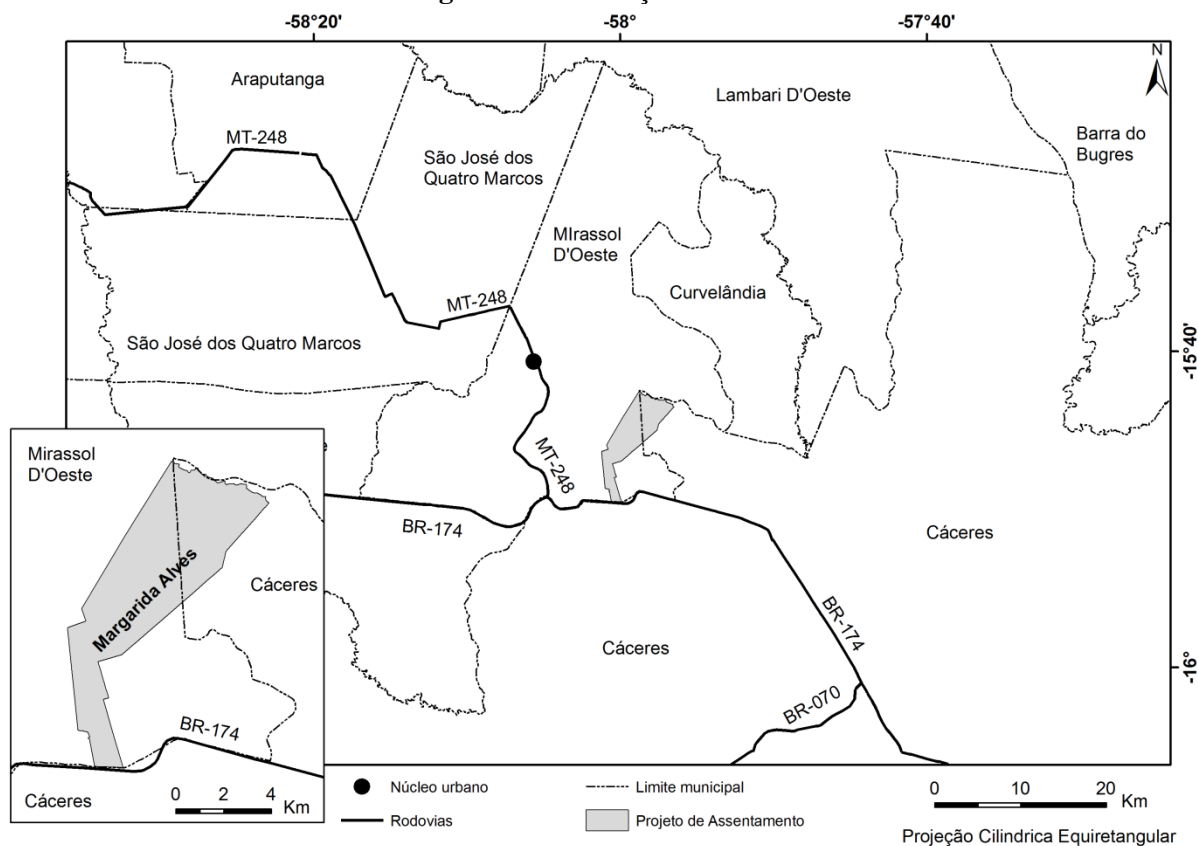
O assentamento Margarida Alves, cuja ocupação ocorreu em 1996, tem sua área territorial localizada nos municípios de Mirassol D'Oeste e Cáceres (Figura 01), na região sudoeste matogrossense de planejamento.

Naquele ano vários trabalhadores rurais acamparam em uma fazenda de propriedade particular, próximo ao distrito de Santo Antônio do Caramujo, a uma distância aproximada de 20 quilômetros da área atual do assentamento, permanecendo nesta por seis meses, até serem instaladas na área que hoje é o assentamento Margarida Alves.

A área do assentamento Margarida Alves totaliza 3.625 hectares, que foi dividida em 145 lotes, com 25 hectares cada.

A cobertura vegetal predominante nos lotes são as pastagens, com baixa diversidade e densidade arbórea, ainda assim, é nessa paisagem que se encontram as palmeiras de babaçuais utilizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais. Na área de reserva legal do assentamento há babaçuais mais abundantes e densos.

Figura 1- Localização da área de estudo.



Fonte: LABGEO UNEMAT, 2012.

A vegetação predominante no município de Mirassol D'Oeste e entorno é a Savana (Cerrado). O clima, segundo classificação de Köppen, é Tropical quente e úmido, com inverno seco (Awa). A temperatura média anual é de 26,24 °C., a temperatura média mensal

mais alta ocorre no mês de outubro (28,01 °C) e as médias mensais mais baixas nos meses de junho e julho, 23,39 e 23,36 °C, respectivamente. A precipitação total anual é de 1.335 mm. O período de maior concentração pluvial média ocorre de dezembro a março e período de maior estiagem ocorre de junho a agosto. A evapotranspiração potencial média é de 1.650,55 mm (NEVES et al., 2011).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Cáceres é de 0,708 e o de Mirassol D'Oeste é de 0,704 (PNUD, 2013), apresentando estas algumas características em comum, tais como: prevalência da agropecuária tradicionalista, inúmeros assentamentos rurais e pequenos produtores.

Considerando essas características sociais e as potencialidades locais, o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso – ZSEE/MT (MATO GROSSO, 2008) definiu alternativas diferenciadas de uso e ocupação do território na região sudoeste matogrossense, de modo a recuperar e conservar o ambiente e investimentos para fortalecer a região, como um importante centro de serviços, agroindustrialização das cadeias produtivas, expansão do turismo com aproveitamento do grande potencial de belezas cênicas e fortalecimento e diversificação da pequena e média produção familiar.

Na atualidade, as famílias assentadas no Margarida Alves tem como base produtiva a agricultura familiar, destacando-se a criação de gado leiteiro e o extrativismo como alternativa viável para gerar renda para as famílias assentadas, porque ambas as atividades implicam em entradas mensais ou quinzenais de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

### **A organização das mulheres**

Foi nesse contexto socioambiental, que as mulheres passaram a mobilizar para construir alternativas econômicas para elas e suas famílias, além de lutarem pelo seu trabalho e pela conquista de autonomia. Esse tipo de mobilização geralmente enfrenta resistências culturais, expressas, sobretudo pelas atitudes dos maridos, já que no meio rural cabe às mulheres desempenharem funções como o cuidado com a casa, educação dos filhos e o trabalho na lavoura. Já em outros espaços como os da política e do comércio são, de forma geral, reservados aos homens (LIMA e AMARAL, 2009).

Além disso, os agricultores se deparam com várias dificuldades (falta de sementes, água, crédito e assistência técnica), porém as mulheres enfrentam barreiras e privações adicionais, há preconceito de gênero em toda a sociedade, e o meio rural não foge a essa regra (WANVOEKE et al., 2008)

A realização de uma oficina no assentamento Margarida Alves em 2004 sobre plantas medicinais e outra sobre beneficiamento do coco do babaçu inspirou a iniciativa do trabalho cooperativo, pois permitiu que elas refletissem sobre a importância da organização feminina para a produção e comercialização. Então, a partir daí, as mulheres resolveram criar o grupo das Margaridas, com o objetivo de reunir as trabalhadoras rurais do assentamento em torno da preocupação com a saúde e a valorização da mulher.

No começo da formação política do grupo, as mulheres não podiam participar das reuniões, uma vez que os maridos não permitiam. Também algumas mulheres achavam que reunião era coisa de homem. Além disso, quando tinha algum encontro ou feira na cidade estas não podiam ir, porque não tinham autorização dos maridos e não tinham com quem deixar os filhos. Isso começou a mudar quando as mulheres começaram a ter seu trabalho visualizado com a geração de renda, contribuindo para a compra de produtos domésticos, essenciais para a manutenção das famílias. Mas, esse aspecto nem sempre é reconhecido e

valorizado, no entanto, à medida que a produção passa a ter um peso na composição da renda, o trabalho das mulheres passa também, a ser reconhecido.

As mulheres enfrentam na maioria das vezes sozinhas o serviço doméstico, o trabalho dos quintais e o da lavoura, contribuindo para o seu isolamento no espaço doméstico, dificultando a participação em espaços públicos. Isso se reflete nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas associações de agricultores familiares, onde a participação das mulheres é reduzida (PACHECO e CARDOSO, 2005). Mesmo com todas essas dificuldades, as mulheres seguiram em frente, e começaram a se reunir semanalmente no posto de saúde do assentamento Margarida Alves, com objetivo de reunir as mulheres, discutir melhorias para a comunidade e cultivar plantas medicinais. O trabalho com plantas medicinais contribuiu para formação do grupo, entretanto, elas manifestaram o interesse em desenvolver outras atividades, que gerassem recursos financeiros, pois a renda da maior parte das famílias é oriunda da venda de leite, que é uma atividade desenvolvida pelos maridos e filhos, o que confere poder econômico aos homens.

Como no assentamento Margarida Alves um dos frutos nativos em maior abundância é o babaçu (SILVA et al., 2009) e também pelo fato da realização da oficina sobre beneficiamento do babaçu, as mulheres resolveram apostar nesse fruto como gerador de segurança alimentar no primeiro momento, produzindo flocos e farinha de babaçu.

Outras características importantes do extrativismo são os nutrientes que os frutos contêm, por exemplo, o babaçu é rico em fibras e sais minerais, já o buriti tem muito betacaroteno, que se transforma em vitamina A no organismo humano. Esses frutos representam um banco de nutrientes, principalmente para a população da área rural (EMBRAPA CERRADOS, 2004).

Mas, como 78% das mulheres do assentamento Margarida Alves são de outros Estados e não conheciam a dinâmica do bioma, foi necessário que as trabalhadoras rurais realizassem um intercâmbio em 2007, com apoio da Coordenadoria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente (CEX/MMA), para conhecerem o trabalho da Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão (ASSEMA). A associação visitada foi a liderada por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco do babaçu, que promove a produção familiar utilizando e preservando os babaçuais, para a melhoria da qualidade de vida no campo.

A organização em grupos de mulheres extrativistas foi à estratégia utilizada pelas trabalhadoras rurais assentadas no Margarida Alves, bem como em outros assentamentos rurais da sudoeste de Mato Grosso para reverter sua situação de invisibilidade nas áreas de reforma agrária, pois o extrativismo sustentável de frutos nativos do Cerrado (Savana) gera rentabilidade econômica e, conseqüentemente, proporcionam melhores condições de vida no campo. Além disso, a partir da nova realidade econômica da mulher no contexto do trabalho familiar camponês, percebem-se mudanças na hierarquia das famílias camponesas e nos espaços dos assentamentos, pois na atualidade, essas mulheres não só contribuem financeiramente com as despesas do lote/sítio, como também para maior desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, o que possibilita a elas participar das tomadas de decisões na família e nas questões ligadas ao próprio assentamento.

Desde a sua criação em 2004, o grupo das Margaridas, como é conhecido às mulheres do assentamento Margarida Alves, conta com o apoio técnico metodológico da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/Regional Mato Grosso – FASE/MT, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mirassol D'Oeste e Secretaria de Agricultura de Mirassol D'Oeste.



## A produção do dia-a-dia para o mercado institucional

O babaçu não fazia parte da alimentação das famílias do assentamento Margarida Alves, mas graças ao trabalho das mulheres, hoje o extrativismo sustentável é uma importante fonte de renda e alimentar, mas seu significado extrapola esse sentido econômico, que promove o reconhecimento do trabalho das mulheres.

O trabalho tem início com a coleta do coco do babaçu logo nas primeiras horas da manhã, as mulheres coletam apenas os frutos em bom estado de conservação e maduros, deixando uma grande quantidade para os animais, que farão a perpetuação da espécie. Depois são levados para suas casas para serem lavados, descascados e ralados, produzindo assim uma farinha - mesocarpo (Figura 2), que é a base dos alimentos produzidos: pães, bolos, bolachas, mingaus, entre outros.

A atividade começou com 150 quilos de mesocarpo de babaçu/mês produzido por 15 mulheres para o consumo próprio e a venda do excedente no próprio assentamento e no município de Mirassol D'Oeste, porém elas não tinham um lugar próprio e adequado para a fabricação dos produtos e conseqüentemente gerar mais renda.

Então elas se mobilizaram e juntos com técnicos da FASE/MT elaboraram um projeto para construção de uma unidade de processamento de frutos nativos no assentamento, o projeto contou com apoio financeiro da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). A partir do apoio da CESE, as mulheres juntamente com seus maridos trabalharam na construção da unidade no próprio assentamento, que começou a funcionar em 2009, tendo a fabricação de alimentos do coco do babaçu como especialidades.

**Figura 2** - Farinha de babaçu produzida pelas mulheres do assentamento Margarida Alves, como forma de agregar valor aos produtos da agricultura familiar.



Foto: MENDES, M. F., 2010.

A partir da construção da unidade de processamento (Figura 3) a produção das mulheres aumentou bastante, mas surgiu outro problema, o grupo das Margaridas era um grupo informal e isso não permitia as mulheres fechar contratos e nem acessar as políticas públicas.

**Figura 3-** Interior da unidade de processamento de frutos nativos do assentamento Margarida Alves, região sudoeste matogrossense.



Foto: MENDES, M. F., 2010.

Em 2009, as mulheres resolvem criar uma associação em conjunto com outros grupos de mulheres da região. Nasceu assim a Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), que conta com 108 mulheres associadas de diversos assentamentos da região. O objetivo da criação da associação era assumir maior protagonismo na comercialização de seus produtos, criando alternativas de rendas mais sustentáveis.

A comercialização sempre foi um desafio para a agricultura familiar. Entre os principais problemas, destacamos a necessidade de vender produtos com preços baixos para sustentar uma estratégia perversa de industrialização, legislações inadequadas voltadas para atender interesses das grandes indústrias e desqualificar o produto artesanal e a inexistência de instrumentos de inclusão nos mercados. Esses e outros elementos tornaram a agricultura de base familiar dependente de políticas assistencialistas, causando desde o endividamento até o comprometimento da sucessão da unidade de produção (PANDOLFO, 2008).

A ARPEP se mobilizou para inserir os alimentos do babaçu (mesocarpo, flocos, pão e bolacha) na alimentação escolar, fazendo valer a Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que assegura que pelos menos 30% da alimentação nas escolas sejam provenientes da Agricultura familiar. As Margaridas também entregam o babaçu na forma de flocos para a Pastoral da

Criança, que é um dos componentes da multimistura, atendendo várias famílias em risco de desnutrição em dois municípios matogrossenses: Cáceres e Cuiabá.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Programa “Fome Zero”. É um programa governamental que procura contribuir com o aumento da renda para os produtores de pequenas unidades do campo, ou seja, a agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo em que visa o combate a fome e a miséria (BRASIL, 2013).

O PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados. A garantia de comercialização traz um novo alento a essas famílias, que podem lançar mão de suas especificidades, de seus valores e suas práticas locais para articular-se com diversos públicos consumidores. A criação do PAA trouxe inovações nas relações entre agricultura familiar e as compras governamentais. A Lei 10.696/2003 (BRASIL, 2003) que cria o programa, autoriza a dispensa de licitação na aquisição de produtos comercializados por esse segmentos específico de produtores, esse era um fator que tradicionalmente se constituíram como um obstáculo no acesso da grande maioria dos agricultores familiares aos mercados institucionais (GRISA et al., 2011).

A ARPEP atualmente opera o Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea/PAA Conab, ou seja, o Governo Federal compra os produtos e as agricultoras entregam para escolas da própria comunidade, diversificando assim a alimentação escolar e promovendo a geração de renda para as agricultoras e familiares. A tabela 1 mostra a produção, número de alunos atendidos e a renda gerada após o início das atividades na unidade de processamento.

**Tabela 1 - Dados sobre a unidade de processamento de frutos nativos.**

Ano	Produção extrativista (Kg/ano)	% anual de aumento da produção	Alunos atendidos	Recursos gerados (R\$)
2005*	150	-	-	750,00
2006	250	66,6	-	1.250,00
2007	200	-20	-	1.000,00
2008	100	-50	-	500,00
2009	100	0	-	500,00
2010**	5.768	5.668	1.200	30.695,00
2011	7.830	35,7	1.315	40.068,00
2012/13 <sup>1</sup>	11.328	44,6	2.270	56.880,00

Fonte: Dados gerados nas entrevistas realizadas no trabalho de campo no ano de 2012, no assentamento Margarida Alves, região sudoeste matogrossense.

\*De 2005 a 2009 a produção no Margarida Alves era comercializada no próprio assentamento e no município de Mirassol D'Oeste. \*\*A partir de 2010 a produção passou a ser comercializada para o Governo Federal através do programa PAA/CONAB;

<sup>1</sup> Produção estimada para a safra 2012/2013.

Quanto às pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos, conforme tabela 1, são alunos da escola do assentamento Margarida Alves e periferia da cidade de Mirassol D'Oeste/MT. Com a alimentação escolar proveniente da agricultura familiar regional, as crianças recebem alimentos frescos, variados e de melhor qualidade, confluindo para uma melhor aceitabilidade e consumo por parte dos alunos.

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar em 2003 resultou em dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da

população brasileira. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

Segundo Grisa et al. (2011), este setor que até então não havia sido considerado pelo Estado como objeto de políticas públicas específicas, começou a receber atenção quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, processo que teve como saldo importante à própria construção da definição do conceito de agricultura familiar, que desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da ação governamental. Registra-se a partir desse momento, mas principalmente depois de 2003, um esforço importante de implantação de diferentes instrumentos específicos de política pública direcionada a essa categoria de produtores, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do próprio PAA. Esses avanços foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares.

O mercado estratégico para a ARPEP é o institucional, uma vez que o extrativismo ainda é pouco difundido regionalmente. Visando a expansão da comercialização as agricultoras planejam acessar outros espaços nos municípios, como por exemplo, as cestas solidárias, e manter a participação em feiras e eventos (MENDES et al., 2011). Além disso, as mulheres estão discutindo a ideia de iniciar a venda do carvão ecológico do babaçu, uma vez que elas já utilizam o carvão do babaçu na unidade, diversificando ainda mais seus produtos.

A diversificação dos canais de comercialização, por sua vez, apresenta-se como a contrapartida dos sistemas produtivos, estruturados segundo os princípios da Agroecologia. Ao combinar, o acesso a mercados locais com vendas em circuitos comerciais de produtos específicos, as famílias agricultoras reduzem a vulnerabilidade econômica de seus sistemas produtivos e asseguram maiores margens para optarem entre diferentes alternativas disponíveis de comercialização. Dessa forma, adquire maior poder de negociação nos circuitos comerciais, condição necessária e insubstituível para que as relações nos mercados sejam mais justas (PORTO, 2008).

### **Considerações finais**

Esta pesquisa evidenciou que no assentamento Margarida Alves, o extrativismo do babaçu se tornou uma importante fonte alimentar e de renda para as mulheres extrativistas e suas famílias.

Além disso, observa-se que a mulheres do assentamento Margarida Alves, filiadas a ARPEP, estabeleceram uma nova fase de relação com os recursos naturais, fortalecendo a agricultura familiar e preservando a biodiversidade, contribuindo para a produção de alimentos em quantidade e qualidade com base em princípios agroecológicos e de promoção da segurança alimentar e nutricional.

A prática das mulheres investigadas com a produção extrativista sustentável também possibilitou um diálogo entre as populações do campo na região, reforçando a importância da igualdade de gênero na agricultura, mostrando que o sucesso desses processos depende de um acompanhamento de perto das dinâmicas e práticas sociais, do apoio e incentivo aos mesmos por parte de uma assistência técnica e extensão rural (ATER) pública e de qualidade, que contemple o gênero como elemento transversal em todos os níveis.

Contudo, o extrativismo em área de reforma agrária ainda não é muito difundido em Mato Grosso e, conseqüentemente, sua prática ainda não é devidamente valorizada. Portanto, necessário se faz a socialização de experiências exitosas como alternativa econômica para as

comunidades e assentamentos rurais da região, pois a prática de aproveitamento dos frutos do Cerrado por famílias agricultoras vem sendo considerada um modelo sustentável de aproveitamento da biodiversidade e geração de renda no meio rural.

Assim sendo, os recursos financeiros obtidos pelas mulheres do assentamento Margarida Alves, por meio da atividade extrativista sustentável têm sido essenciais para fortalecer o reconhecimento de sua força de trabalho e a conquista de sua autonomia/cidadania. Contudo, entende-se que a produção para o mercado institucional não constitui a única forma das mulheres vinculadas à agricultura familiar regional obterem autonomia, uma vez que sua emancipação pode ser obtida por outros meios que não os vinculados à produção capitalista.

Por fim, ressalta-se a importância da presente pesquisa, enquanto subsídio para a implantação de políticas públicas específicas voltadas para as mulheres do campo, que possibilitem o desenvolvimento das famílias nas áreas de reforma agrária.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992. 294p.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; ALMEIDA, Francesca; PRESVELOU, Clio. **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997. 151p.

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luis Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 88p.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../2009/Lei/L11947>>. Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **O desafio do desenvolvimento agrário**. Brasília: MDA, 2012. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

BUAINAIN, Antônio Marcio, ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez., 2003.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez., 2009.

CARRAZZA, Luiz Roberto. Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado no PPP-Ecos: avanços, limites e desafios. In: LOBO, Andreia; Figueiredo, Izabel.; ANDRADE, Karenina (Orgs.). **Sementes lançadas, frutos colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais**. Brasília: ISPN, 2010. p. 87-109.

EMBRAPA CERRADOS. **Manejo e Aproveitamento de frutas nativas do cerrado**. Dia de Campo na TV. 2004.

FREITAS, Ronaldo Santos. Intercâmbio de saberes ambientais sobre o bioma Cerrado para a segurança alimentar e nutricional de comunidades rurais no sudoeste matogrossense. In: PACHECO, Maria Emília Lisboa; SCHOTZ, Vanessa; RIGON, Silvia do Amaral; CASSARINO, Julian Perez; LEITE, Carlos Eduardo (Orgs.). **Soberania e segurança alimentar na construção da Agroecologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2010. 67p.

GARCIA, Maria Franco; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 257-271, jul./dez., 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 197p.

GRISA, Cátia; SCHMITT, Cláudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Rento Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n.3, p. 34-41, set., 2011.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, a. 9, n. 8, p.1-28, jan./jun., 2006.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

INCRA/FAO. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, 1999. 65p.

LIMA, Bianca Ferreira; AMARAL, Waldiléia Rendeiro. Das janelas para o rio às práticas agroecológicas. A experiência das mulheres agroextrativistas da Foz do rio Mazagão Velho. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n.4, p. 22-27, dez., 2009.

MAGALHÃES, Manuela de Souza. **Trajetórias em Movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**. 1. ed. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008. 218p.

MARIANO, Renata Gomes de Brito. **Extração do óleo da polpa de pequi (*Caryocar brasiliense*) por processos convencionais combinados com tecnologia enzimática**.

Seropédica/RJ: Instituto de Tecnologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, 70p. (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos).

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. *In*: PRADO, José Gonçalves Botelho; BERTCHIELI, Regiane; OLIVEIRA, Lucieni Grassi (Orgs). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso**. Cuiabá/MT: Central de Texto, vol. IV, 2012. 108p. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/mt20/mt20.htm>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José. Renda e usos dos frutos nativos do Cerrado no PA Corixinha em Cáceres/MT, fronteira Brasil/Bolívia. **Revista GeoPantanal**, v. 6, n. 11, p. 73-82, jul./dez., 2011.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NUNES, Maria Cândida Moitinho; NEVES, Ronaldo José. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais. **B. goiano. geogr.**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez., 2011.

NIMER, Edmon. Clima. *In*: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 31p.

PACHECO, Maria Emília Lisboa; CARDOSO, Elisabeth Maria. A sustentabilidade da produção agroecológica também é uma questão de gênero. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, ano VIII, n. 31, p.38, mai./jun., 2005.

PANDOLFO, Marcos César. O programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 14-17, dez. 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

PORTO, Sílvio Isopo. Acesso a mercados: desafios e oportunidades. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 4-6, dez. 2008.

REGO, José Fernandes do. **Amazônia do Extrativismo ao Neoextrativismo**. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo\\_neoextrativismo.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2012.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris Ramalho. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente – legislação (federal, estadual, municipal) sobre os direitos das mulheres a partir da constituição de 1988. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 761-764, set./dez., 2006.

SILVA, Cristiani Bereta. Relações de gênero e subjetividade e subjetividades no devir MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 269-287, jan./abr., 2004.

SILVA, Elvis Frazão da; SILVA, Fernanda Rodrigues da, JOVANO, Ingridy da Silva, MENDES, Maurício Ferreira. **Estudo das espécies nativas utilizadas nos assentamentos São José, Sadia, Flor do ipê e Margarida Alves e nas comunidades Nossa Senhora da Guia e Guanandi na região sudoeste de Mato Grosso.** Cáceres/MT, Relatório de estágio, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2009. 56p.

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.** 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996. p. 29-61.

VIEIRA, Roberto Fontes; AGOSTINI-COSTA, Tania da Silveira; SILVA, Dijalma Barbosa da; VIEIRA, Francisco Ricardo; SANO, Sueli Matiko. **Frutas nativas da região Centro-Oeste do Brasil.** 1. ed. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006. 320p.

WANVOEKE, Jonas. DACKO, Rosaline Maiga. YTTARA, Kalifa. MELE, Paul Van. Mulheres rompem barreiras no Mali. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 38-40, dez., 2008.

Artigo recebido em 09-07-2013

Artigo aceito para publicação em 13-01-2014